



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 18 de janeiro de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,92% São Paulo	119.298	R\$ 6,065 (+ 0,02%)	R\$ 1.518	R\$ 6,233	12,15%	12,74%	Agosto/2024 - 0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52
0,78% Nova York	14/1 15/1 16/1 17/1	13/janeiro 6,098 14/janeiro 6,046 15/janeiro 6,025 16/janeiro 6,053					

CÂMBIO / Na noite de ontem, autoridade monetária anunciou o primeiro leilão de dólares sob o comando de Gabriel Galípolo, na próxima segunda-feira, dia da posse de Donald Trump

BC realiza primeira intervenção de 2025

Ed Alves/CB/D.A Press

» LUANA PATRIOLINO

O Banco Central anunciou, ontem, a sua primeira intervenção no dólar em 2025, após uma sequência histórica de operações em dezembro do ano passado. O órgão informou que realizará dois leilões de linha no mercado de câmbio na segunda-feira — e cada operação terá limite de US\$ 1 bilhão, totalizando US\$ 2 bilhões. Isso significa que o BC recomprará os contratos de dólares mais à frente.

Será a primeira oferta extra de dólares do Banco Central em 2025, agora sob a presidência de Gabriel Galípolo. O Banco Central intervirá no câmbio, quando há alguma disfunção no mercado. A autarquia vinha apenas realizando as operações de rolagem de contratos de swaps cambiais que estavam para vencer. No mês passado, a instituição vendeu um total de US\$ 32,6 bilhões ao mercado em leilões extras. O objetivo era dar conta da demanda de fim de ano pela moeda norte-americana.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Associados, considera o movimento do BC estranho, apesar de o dólar seguir acima de R\$ 6 há quase dois meses. “O câmbio não está tão estressado assim. Mas, ao mesmo tempo, sabemos que, na semana que vem, poderá haver muita volatilidade com o início do governo de Donald Trump”, disse ele, em referência à cerimônia de posse do republicano, na segunda-feira.

O economista César Bergo, professor da Universidade de Brasília (UnB), partilha do mesmo entendimento diante da expectativa do retorno do republicano à Casa Branca. “Coincidentemente, ou não, o leilão ocorrerá no dia da posse do presidente



Analistas acreditam que o novo presidente do BC, Gabriel Galípolo, enfrentará uma semana bastante volátil no mercado financeiro

Donald Trump. Isso deve oferecer muita volatilidade porque vamos ter muitas colocações, muitos discursos, e que podem afetar o dólar no mundo inteiro. Outro fator é a questão fiscal. O Congresso não está funcionando e voltará em fevereiro e isso gera incerteza no mercado com relação às questões fiscais”, ressaltou. “No fim do ano passado, o BC atuou decisivamente dentro do mercado de câmbio porque havia fatores, sobretudo, em função da demanda pelo dólar no mercado interno que fez com que houvesse uma disfunção nos preços”, acrescentou.

Ontem, o dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 6,065, com alta de 0,2%, em relação ao dia anterior. A cotação da divisa norte-americana oscilou durante o dia, chegando à máxima de R\$ 6,08, por volta das 11h, e caindo para mínima de R\$ 6,03, às 13h. Pela tarde, subiu e fechou em leve alta. Enquanto isso, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) voltou a subir após forte queda na véspera, encerrando o pregão com valorização de 0,92%, a 122.350 pontos, embalada pelo crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) da China em 2024, que ajudou

a valorizar ações de mineradoras, como a Vale.

Devido ao aumento da desconfiança do mercado na capacidade do governo em equilibrar as contas públicas, o dólar vem registrando forte valorização desde o fim de novembro passado. Em dezembro, o Banco Central interveio no de câmbio em 14 ocasiões, distribuídas entre leilões de linha e no mercado à vista, quando não há compromisso de recompra da moeda pelo BC. O último movimento ocorreu em 30 de dezembro, antes do fechamento dos mercados para 2025. “Naturalmente, a depreciação do câmbio tem raízes

mais profundas, como a questão do endividamento público, que geram uma excessiva preocupação do mercado, sinalizada pela saída líquida de poupança estrangeira de dentro da nossa economia”, destacou o economista Vinícius do Carmo, ao avaliar o anúncio do BC.

Conforme os dados da autoridade monetária, a saída líquida de dólares do país somou US\$ 26,9 bilhões apenas no mês de dezembro. No acumulado do ano, o saldo do fluxo cambial ficou negativo em US\$ 18,5 bilhões. E, nos primeiros 10 dias de janeiro, a saída líquida somou US\$ 4,6 bilhões. (Colaborou Rosana Hessel)

FUNCIONALISMO

Aumenta a tensão interna no IBGE

A carta aberta divulgada, nesta semana, pelo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, aumentou a temperatura da crise interna que se arrasta há meses no órgão. No texto, Pochmann afirmava que servidores divulgavam mentiras sobre o instituto e sinalizava recorrer à justiça contra as críticas recebidas. O clima entre os servidores é de crescente insatisfação e indignação, segundo informações da Agência Estado.

Ontem, o sindicato que representa os trabalhadores do instituto, o Assibge-SN, divulgou em resposta que “não se intimidará com ameaças” e manterá sua mobilização pelo fim da fundação de direito privado IBGE+, criada pela gestão Pochmann. “A entidade sindical vê com inaudito espanto a presidência do IBGE lançar combustível sobre uma crise que resvala, quando menos no ambiente das redes, naquela que é o maior patrimônio construído ao longo de quase 90 anos do IBGE, sua credibilidade, sempre defendida pelo sindicato, que combate a nova fundação justamente por vê-la como uma potencial ameaça a tal patrimônio imaterial e inalienável”, afirmou a nota.

O comunicado de Pochmann, divulgado pelo IBGE na noite da última quarta-feira (15) rebatendo as críticas que tem recebido por meio do sindicato da categoria. O texto mencionava “conflitos de interesses individuais e particulares frente à missão institucional do IBGE”, “riscos de manipulação” e “difusão e repetição constante de inverdades”, sugerindo ainda que o instituto acionaria a justiça contra os críticos. “A difusão e repetição constante de inverdades a respeito do IBGE exige posicionamento firme e esclarecedor sobre a realidade dos fatos. São condenáveis os ataques de servidores e ex-servidores, instituições sindicais, entre outros, que têm espaço na internet e em veículos de comunicação para divulgar mentiras sobre o próprio IBGE”, declarou o comunicado de Pochmann.

Um dos principais estopins para a crise entre a presidência e os trabalhadores foi a criação da fundação de direito privado IBGE+, apelada de “IBGE paralelo”. O sindicato tem alertado para os riscos envolvidos, incluindo um possível comprometimento da autonomia técnica e da credibilidade, já que a fundação poderá contratar de forma ilimitada pessoas externas em cargos de livre nomeação e produzir pesquisas sem os padrões de qualidade e independência do IBGE. “O IBGE atravessa uma grave crise interna derivada majoritariamente pela criação da fundação de direito privado IBGE+, instalada sem que fosse ouvido o quadro técnico da instituição”, reforçou o novo comunicado do Assibge-SN.

O IBGE ainda enfrenta um momento de entrega de cargos de direção. Na semana passada, o órgão anunciou que a diretoria de Pesquisas teria novo comando, com a substituição da diretora Elizabeth Belo Hypólito e do diretor-adjunto João Hallak Neto. Servidores nomeados há um ano pelo próprio Pochmann, ambos teriam pedido exoneração dos cargos por discordâncias com a atual gestão.

TRIBUTAÇÃO

Haddad volta a falar na reforma da renda

» FERNANDA STRICKLAND

O governo federal está concentrando esforços para consolidar a proposta de reforma da renda, que promete trazer avanços estruturais ao sistema tributário brasileiro, de acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A medida, segundo ele, faz parte de um plano mais amplo de modernização fiscal, com o objetivo tornar a tributação mais justa e eficiente, alinhando o Brasil aos padrões internacionais.

Um dia após a sanção da reforma tributária sobre o consumo, na qual o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) deverá ter uma alíquota de 28% — a mais alta do mundo —, Haddad garantiu que o Brasil terá um dos melhores sistemas tributários do mundo. Segundo ele, o governo federal está trabalhando para entregar o projeto de reforma da renda da forma “mais redonda possível”.

“Nós vamos começar, a partir de 2027, porque, agora, começam os preparativos. Mas o Brasil vai figurar, e eu posso assegurar, entre os melhores sistemas tributários do mundo, e um dos mais justos e dos mais eficazes, inclusive,

para sonegação e colocar a alíquota média, nos padrões internacionais”, afirmou Haddad, ontem, em entrevista à CNN.

Na ocasião, o ministro destacou que o empenho do governo federal em avançar com a reforma tributária sobre o consumo, que deverá entrar em vigor a partir de 2026, e com a proposta de reforma da renda. Ele lembrou que o Brasil ocupa uma das últimas posições em um ranking global de sistemas tributários, figurando entre os 10 piores, de acordo com o Banco Mundial.

De acordo com Haddad, o governo está focado na elaboração de uma reforma da renda, afim de corrigir as distorções do sistema atual. “A Receita Federal continua fazendo as simulações, porque nós queremos entregar um projeto o mais redondo possível, que certamente será objeto de debate no Congresso Nacional”, disse.

Um dos pontos centrais da proposta será a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas, que passaria a ser de R\$ 5 mil. Atualmente, estão isentos aqueles que ganham até R\$ 2.640. Haddad enfatizou que essa mudança será acompanhada

Ed Alves/CB/DA Press



O Brasil vai figurar, e eu posso assegurar, entre os melhores sistemas tributários do mundo, e um dos mais justos e dos mais eficazes, inclusive, para sonegação e colocar a alíquota média, nos padrões internacionais”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

de ajustes para garantir a neutralidade fiscal. “O Imposto de Renda no Brasil não é tão progressivo quanto deveria ser. Para que quem ganha até R\$ 5 mil pague menos, pessoas que hoje não pagam terão de pagar”, explicou. A proposta de reforma da renda deve ser enviada ao Congresso ainda em 2025,

com o objetivo de entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. A aprovação pelo Legislativo será necessária para que as mudanças sejam implementadas.

O ministro também comentou sobre os juros. Ele disse não acreditar na existência de um quadro de dominância fiscal — quando a

política monetária não consegue conter a inflação devido ao desarranjo das contas públicas. “Tenho ouvido de alguns interlocutores, mas não acredito em dominância fiscal. Acredito que a política monetária fará efeito sobre a inflação. [...] Um efeito muito maior do que se imaginou”, pontuou Haddad.